

MOVIMENTO INDÍGENA E ESTADO-NAÇÃO: LINHAS GERAIS DE UMA PESQUISA DE DOUTORADO

BEATRIZ FRANCO DO VALE¹; LUCIANA BALLESTRIN³

¹Universidade Federal de Pelotas – beatrizzdovale@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – luballestrin@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho, busca-se estabelecer as linhas gerais da pesquisa de tese da autora, ainda em estágio inicial. A investigação se debruça sobre a relação entre povos indígenas, representado no movimento indígena articulado na APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), e Estado-nação no Brasil contemporâneo, principalmente a partir de 2004, ano no qual se dão diversos marcos: primeira edição do Acampamento Terra Livre (ATL), atualmente a maior mobilização indígena no país; a promulgação da Convenção nº 169 da OIT, principal normativa internacional sobre o assunto; criação do Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI), a partir do qual foi criada a APIB; e a 1ª Cúpula dos Povos Indígenas da América, no Equador.

O movimento indígena brasileiro tem ocupado, nas últimas décadas, um espaço crescente no debate público e político nacional. A partir da redemocratização e, sobretudo, com a promulgação da Constituição de 1988, os povos indígenas passaram a reivindicar seus direitos não apenas em termos de proteção cultural e territorial, mas também como “sujeitos do próprio destino” e, portanto, constitutivos do próprio Estado brasileiro. A partir 2023, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), o movimento e os povos indígenas vem vivenciando um momento histórico em suas trajetórias. Nesse contexto, ganha centralidade a disputa em torno da identidade nacional e da cidadania, concebidas de maneira homogênea e excluente a partir do paradigma Ocidental, que é colocado sob questão.

A pesquisa é qualitativa e lança mão da técnica de análise de discurso, fundamentada nos conceitos apropriados da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). As análises e discussão fundamentam-se em teorizações pós-coloniais e pós-estruturalistas, em apropriação de conceitos como interculturalidade (Walsh; Linera; Mignolo, 2006) e colonialidade (Quijano, 1992). No que é relativo à relação entre povos indígenas e Estado-nação, conta-se com os trabalhos de Alcida Ramos (1991;1993) e João Pacheco de Oliveira (2016). Espera-se que com isso verificar e discutir os sentidos projetos à nação pela cosmopolítica indígena em tela.

Em relação *corpus* analítico, até o momento pode-se realizar duas observações-participante em 2025: na 21ª edição do ATL e no seminário Aldeando as Urnas, Reflorestando a política, promovido pelo mandato de Célia Xakriabá e MPI, ambos em Brasília (DF); e analisar parcialmente 12 discursos das lideranças indígenas no Estado, sendo elas Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas; e Joênia Wapichana, Presidente da Funai. Neste resumo, utiliza-se de trechos do discurso de posse da Ministra em questão para acompanhar a argumentação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O debate sobre Estado-nação e povos indígenas evidencia tensões históricas. O Estado moderno se consolidou com base em projetos de homogeneização cultural, linguística e territorial, o que implicou a marginalização ou mesmo a negação da diferença e, portanto, a subalternização e exclusão do outro. Nesse sentido, a tomada de parte no *fazer político* pelos indígenas desafia a matriz colonial do Estado-nação enquanto instrumento de dominação das elites políticas e culturais ao longo do processo colonizador. Abordagens decoloniais e interculturais, como as de Catherine Walsh e Aníbal Quijano, problematizam o caráter excludente da ideia de cidadania universal, embasando o reconhecimento de formas diferenciadas de pertencimento e ação políticos e a superação das relações de dominação estabelecidas no colonialismo/modernidade.

A análise proposta dialoga com a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), especialmente no que se refere às noções e aos conceitos de articulação, antagonismo, significante vazio e hegemonia. Esses conceitos permitem compreender como identidades políticas são construídas e disputadas no campo da discursividade. Nesse marco, a ideia de “nação” pode ser vista não como essência ou dado natural, mas como um significante vazio que se hegemonizou como resultado de articulações políticas. Estas, sempre contingentes, estão sempre abertas a novas ressignificações. Este diálogo torna-se possível pelas raízes teóricas e filosóficas das quais ambas as teorizações se originam, especialmente o *pós-estruturalismo*.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO PRELIMINARES

O movimento indígena brasileiro, que se fortaleceu a partir das décadas de 1970 e 1980, passou por uma trajetória de crescente articulação nacional. Organizações como a APIB têm desempenhado papel central na construção de uma identidade coletiva indígena que transcende as especificidades étnicas, apropriando-se do nome “indígena”, ao mesmo tempo em que valoriza as singularidades culturais e territoriais de cada povo. Essa articulação permitiu que a pauta indígena ganhasse visibilidade em diferentes espaços, como o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e organismos internacionais.

Entre as principais reivindicações, destacam-se a demarcação e proteção dos territórios tradicionais, a garantia de participação política em diferentes níveis e a defesa de direitos diferenciados. Essas pautas se inserem em uma disputa direta com projetos de desenvolvimento baseados no extrativismo e na expansão agropecuária, frequentemente legitimados em nome do “progresso nacional”. Nesse confronto, emergem discursos que contrapõem duas visões de nação: uma centrada na exploração de recursos e na homogeneização cultural, e outra que reconhece a diversidade étnica e cultural como constitutiva da própria nação brasileira.

A invisibilidade secular que impacta, impactou diretamente as políticas públicas do Estado é fruto do racismo, da desigualdade e de uma democracia de baixa representatividade que procurou uma intensa invisibilidade institucional política e social nos colocando na triste paisagem das sub-representações e subnotificações associado ao país. São séculos de violências e violações e não é mais tolerável aceitar

políticas públicas inadequadas aos corpos, as cosmologias e as compreensões indígenas sobre o uso da Terra (Guajajara, 2023).

A criação do Ministério dos Povos Indígenas em 2023 pode ser vista como um marco de reconhecimento institucional dessa agenda, ainda que enfrente limites estruturais e resistências políticas. Ao mesmo tempo, episódios como a tramitação do PL 490/2023 e a tese do marco temporal revelam a persistência de um antagonismo profundo entre projetos de país que incluem ou excluem os povos originários.

No discurso do movimento indígena, o nacional é ressignificado a partir de uma concepção plural, que reconhece a existência de múltiplas etnias e nações dentro do Brasil. Nesse sentido, a luta indígena não é apenas pela preservação de culturas específicas, mas pela redefinição do próprio Estado-nação em bases plurais e democráticas. Do mesmo modo, a categoria de cidadania é problematizada. Longe de ser entendida como universalidade homogênea, a cidadania indígena é afirmada como direito à diferença, articulando dimensões coletivas e territoriais que desafiam a lógica individualista liberal. Ao disputar os sentidos de cidadania e nação, o movimento indígena revela o caráter contingente e político dessas categorias, abrindo espaço para imaginar outras formas de pertencimento e de organização estatal.

O Brasil do Futuro precisa dos povos indígenas. Tudo que é tradicionalmente é chamado de cultura entre os brasileiros e brasileiras para nós significa tudo que somos. É nosso modo de vida, nossa comida, nossos rituais, nosso uso da Terra, nossas práticas e costumes, tanto aqueles mais cotidianos, quanto outros ritualizados. Cultura também é sinônimo de luta. Lembremos também o que estava sendo empurrado para o esquecimento. O Brasil é plural, o Brasil é alegria, o Brasil é colorido e solidário. É com esse espírito que assumo a missão de sensibilizar toda a sociedade brasileira e a convido para juntos reflorestarmos mentes e corações rumo a uma democracia do Bem Viver de todos os brasileiros e brasileiras (Guajajara, 2023).

4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os resultados e discussões apresentados na seção anterior, menos do que serem conclusões alcançadas no percurso científico, podem ser entendidas como hipóteses construídas a partir de uma análise exploratória e preliminar dos dados até agora levantados. Salienta-se, portanto, o estágio inicial no qual a pesquisa de doutorado da autora se encontra.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WALSH, Catherine; LINERA, García; MIGNOLO, Walter. **Interculturalidad. descolonización del estado y del conocimiento.** Buenos Aires: Del Signo, 2006.

RAMOS, Alcida Rita. Os direitos do índio no Brasil: na encruzilhada da cidadania. **Série Antropologia**, Brasília, 1991.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista:** por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RAMOS, Alcida Rita. Nações dentro da nação: um desencontro de ideologias. **Série Antropologia**, Brasília, 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios:** “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

GUAJAJARA, Sônia. Discurso de posse da Ministra Sônia Guajajara. **Apib**, 2023. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2023/01/Discurso_Posse-Sonia-Guajajara-Dокументos-Google.pdf. Acesso em: 21/08/2025